rev. hist. (São Paulo), n.180, a01120, 2021
http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.166460

CC BY NC

ARTIGO
ARTIGO - INTEGRA O BLOCO 4

# UMA "FAKE NEWS" SETECENTISTA? INVESTIGAÇÃO A RESPEITO DA "CONVERSÃO DOS ÍNDIOS ORIZES" NOS SERTÕES DA BAHIA (C.1710-C.1730)[1]

Contato
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Largo São Francisco de Paula, 1 – Centro
20051-070 – Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil
jvictoraraujos@gmail.com

Jorge Victor de Araújo Souza[2]
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

## Resumo

Este artigo apresenta os resultados de uma recente investigação sobre uma narrativa de conversão ocorrida nos sertões da Bahia. De acordo com ela, um padre de nome Eusébio Dias Lassos de Lima, no ano de 1713, converteu os índios Orizes–Procazes, grupo tido como um "dos mais bárbaros e perigosos dos sertões". Ao cotejarmos documentação de diversos arquivos, inclusive da Torre do Tombo, e analisarmos tal narrativa, foi possível concluirmos que esta notícia publicada em Lisboa no ano de 1716, citada inclusive em várias teses, foi colocada em dúvida, sendo afirmado por coetâneos que tudo não passou de invenção do padre em colaboração com um "editor" lusitano. Apresentamos aqui as intencionalidades, as condições de produção da notícia, e os regimes de verdade que estavam subsumidos nos enunciados dos envolvidos.

## Palavras–chave

Índios Orizes – Sertões da Bahia – conversão – notícia falsa – regime de verdade.

[1] Artigo não publicado em plataforma de *preprint*. Todas as fontes e bibliografia utilizadas são referidas no artigo. O autor agradece as generosas sugestões e indicações oferecidas por Carlos Ziller, Márcia Amantino, Eric Carvalho e Luis Henrique Santos. Também é grato pelas trocas de ideias que ocorreram no grupo H_Moderna a respeito do tema "Fake News" na Época Moderna.

[2] Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2011); Professor Adjunto de História da América Colonial na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

rev. hist. (São Paulo), n.180, a01120, 2021
http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.166460

CC BY NC

ARTICLE

# AN EIGHTEENTH-CENTURY "FAKE NEWS"? INVESTIGATION REGARDING THE "CONVERSION OF THE ORIZES INDIANS" IN THE HINTERLANDS OF BAHIA (C.1710-C.1730)

Contact
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Largo São Francisco de Paula, 1 – Centro
20051-070 – Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brazil
jvictoraraujos@gmail.com

Jorge Victor de Araújo Souza
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brazil

## Abstract

This article presents the results of a recent investigation into a conversion narrative that occurred in the Bahia's hinterland. According to it, a priest named Eusébio Dias Lassos de Lima, in the year 1713, converted the Orizes–Procazes indians, a group considered to be "one of the most barbaric and dangerous of the hinterlands". By comparing documentation from several archives, including the Torre do Tombo, and analyzing this narrative, it was possible to conclude that this news published in Lisbon in the year 1716, mentioned even in several theses, was put in doubt, being affirmed by contemporaries that everything was nothing but the priest's invention in collaboration with a Portuguese "editor". Here we present the intentions, the conditions for producing the news, and the truth regimes that were subsumed in the statements of those involved.

## Keywords

Orizes Indians – Hinterlands of Bahia – conversion – fake news – regime of truth.

*"O que é semelhante ao verdadeiro é verossímil."*
*João Adolfo Hansen*

*"Não sei, só sei que foi assim."*
*Chicó*

## Introdução

Segundo o que foi publicado em um opúsculo português, no ano de 1713 um padre de nome Eusébio Dias Lassos de Lima empreendeu uma façanha: converteu e batizou, em apenas três dias, três mil e setecentos índios dos mais "ferozes" dentre os que então existiam nos sertões da Bahia – os "temíveis guerreiros" Orizes. No formato in-4°, e contando com dezesseis folhas, esse feito do padre consta em uma narrativa publicada em Lisboa por José Freire Monterroio Mascarenhas, no ano de 1716. Existem alguns exemplares deste opúsculo em bibliotecas brasileiras e portuguesas[3]. Baseadas nesta notícia, dissertações e teses citam o que teria ocorrido nas montanhas de Nhumaramã, no sertão baiano, no contexto final do que foi denominado de "guerra aos bárbaros". Euclides da Cunha (2010, p. 88) cita a conversão feita pelo padre Dias Lassos em seu "Os sertões" ao falar de "sangue Tapuia" na formação de um "sertanejo forte"; e até mesmo Machado de Assis (1875, p. 187) escreveu um poema sobre estes "Orizes", sempre destacando o aspecto guerreiro dos nativos, como no trecho abaixo:

> Mas a destreza do provado braço
> Os foros são do imperio a que hão sugeito
> Todo aquelle sertão. Murmuram longe,
> Contra elles, as gentes debelladas
> Vingança e odio. Os echos repetiram
> Muita vez a pocema de combate;
> Nuvens e nuvens de afiadas settas
> Todo o ar cobriram; mas o extremo grito
> Da Victoria final só delles fôra.

Na narrativa do opúsculo, em geral, nada difere do que pode ser lido em outros relatos de conversões indígenas feitas por clérigos durante o período colonial. Apenas um "detalhe" depõe contra o que foi publicado: a catequização dos "Orizes do padre Dias Lassos", segundo autoridades reinóis

[3] Verificamos a existência deste opúsculo na Biblioteca Nacional (RJ), Biblioteca Brasiliana Guita e José Midlin (USP), Real Gabinete Português de Leitura (RJ), e Biblioteca Nacional de Portugal.

e coloniais, nunca existiu. Não foi apenas uma dúvida aventada pelos que controlavam o "regime de verdade" setecentista. O clérigo foi acusado de inventar uma ação catequética. O documento principal aqui analisado é o opúsculo em questão, e o discurso produzido pelo padre junto ao editor. Ao evocarmos as possibilidades de produção de tal discurso, analisando documentos a respeito das ações coloniais do padre, assim como as condições de publicação do opúsculo no reino, buscamos nos aproximar do regime de verdade que estava então em voga, entendendo que houve uma "vontade de verdade" em tal operação. De acordo com Michel Foucault (2011, p. 17): "vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional". Ainda para o filósofo francês: "A "verdade" está circularmente ligada ao sistema de poder, que a produzem e apoiam, que ela induz e que a reproduzem. ´Regime´ de verdade" (FOUCAULT, 2014, p. 54). No caso aqui apresentado, tal "suporte institucional" confunde-se com o próprio opúsculo. Em outras palavras: publicou-se no intuito de garantir maior circulação do caso e desta forma obter efeito de verdade pela maneira como é enunciado. Nessa perspectiva, interessa-nos entender as relações entre o regime de verdade contido na produção, circulação e recepção do opúsculo e a possível mobilidade social requerida pelo clérigo.

Nosso primeiro contato com os "Orizes" foi por meio da leitura de um exemplar digitalizado presente no acervo da Biblioteca Brasiliana Guita e José Midlin (USP)[4]. Logo em seguida, ao buscarmos no dicionário de Raphael Bluteau o verbete "Orizes", encontramos que eles são "nação gentílica da parte meridional do Brasil originada dos tapuias, tupinaes e tupinambás, distante oitenta léguas da cidade do Salvador" (BLUTEAU, 1720, p. 120-121). Ao final do verbete, o dicionarista francês informa que mais detalhes poderão ser encontrados na dita publicação de 1716, no entanto, logo a seguir, fornece indício precioso ao dizer que a narrativa não é verdadeira, "segundo comumente dizem". Quem seriam estes que "comumente dizem" que a conversão dos índios Orizes não era verídica? A questão nos levou a consultar a obra de José Honório Rodrigues, "História da Historiografia do Brasil", na esperança de maiores detalhes sobre o autor do opúsculo. Honório Rodri-

[4] MASCARENHAS, José Freire de Monterroio. *Os Orizes conquistados, ou noticia da conversam dos indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certaõ do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica, & á obediencia da Coroa Portugueza : com a qual se descreve tambem a aspereza do sitio da sua habitaçaõ, a cegueyra da sua idolatria, & barbaridade dos seus ritos.* Lisboa: Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1716. Acesso https://digital.bbm.usp.br/view/?45000010035&bbm/7177#page/26/mode/2up.

gues (1979, p. 320) fez uma pequena biografia de Monterroio Mascarenhas, nascido em Lisboa em 1670, mesma cidade em que faleceu no ano de 1760, e autor de "Os Orizes Conquistados, ou notícia da conversão dos indômitos Orizes Procazes, povos bárbaros do sertão do Brasil". Ao final do verbete, sem conceder maiores explicações, o erudito sentenciou a pequena notícia: "A narrativa é rebuscada, fantasiosa e fideindigna". Mais um indício que nos motivou a investigar a atuação do padre Eusébio Dias Lassos nos sertões da Bahia. Apresentamos a seguir os resultados de tal investigação, partindo dos registros mais antigos, por considerarmos que quando tratarmos dos anos que foram epicentro da narrativa apresentaremos uma teia de informações mais complexa para o entendimento do opúsculo em questão.

Antes de prosseguirmos com a análise da narrativa, é preciso ressaltar que quase todas as referências que conseguimos coligir a respeito da existência dos índios "Orizes procazes", na bibliografia em português, são oriundas de uma única fonte: a publicada em Portugal no ano de 1716. Essa fonte ganhou maior notoriedade no Brasil quando foi publicada pelo IHGB no ano de 1846. Seja como for, a suspeita notícia do padre Eusébio entrou em maior circulação após a sua publicação. Usamos fontes variadas, inclusive mostrando que o padre foi dado como falsário em outras ocasiões, como na que concedeu patente para um tio e na que andou em companhia de um "príncipe".

## Amigo de um falso príncipe

Padre Eusébio Dias Lassos vivia em uma sociedade regida por lógicas de mercê, em que vassalos ambicionavam prêmios por seus serviços prestados. De acordo com o historiador Ronald Raminelli (2006, p. 114), tais lógicas podem ser percebidas já na Carta de Pero Vaz de Caminha ao reino. Interessante notar, para o caso que aqui analisamos, que:

> O justo prêmio impulsionava súditos e vassalos a promover guerras contra os infiéis, desbravar e descobrir terras, tomando notas para demonstrar ao soberano o quanto batalhou em favor da manutenção e expansão de seus domínios.

Ainda de acordo com Raminelli (2006, p. 114), "os pedidos de mercê dinamizavam e revitalizavam o pacto entre vassalos e a monarquia, pois os primeiros reconheciam o centro como forma de consolidação de sua ascensão social". E é em correspondências com o centro político que localizamos o clérigo trabalhando para a sua possível ascensão.

No *corpus* documental que consultamos, o último registro a respeito do padre Eusébio Dias Lassos, data de 12 de junho de 1734[5]. Trata-se de uma correspondência do Conselho Ultramarino para o Rei de Portugal, em que se faz menção às informações enviadas ao Conselho pelo Conde de Sabugosa, Vice-Rei do Brasil "da notícia que tivera de um moço aventureiro que andara na capitania das Alagoas, intitulando-se Príncipe do Brasil". Tal Príncipe era venerado pelos moradores da localidade onde fez "grandes despesas" distribuindo títulos de Condes e Marqueses, provavelmente por meio da venda destes falsos títulos e privilégios. Por sua vez, o padre Eusébio era considerado "um dos motores desta máquina". Chamado no documento de "sujeito de mau procedimento", o clérigo também fora acusado de ter "fabricado uma patente falsa do posto de Coronel da Capitania de Sergipe de El Rei" para o seu tio de nome Manuel Curvelo. O Conselho terminava a comunicação solicitando a imediata prisão e a devassa de todos os envolvidos, sobretudo a do padre Eusébio, considerado falsário. Vale nos determos um pouco nesse imbróglio. Na data de 18 de novembro de 1724, ocorre uma devassa contra o então coronel Manuel Curvelo de Mendonça por conta de uma falsificação de patente[6]. Em sua defesa, Manuel Curvelo afirma que recebeu de forma inocente a patente das mãos do padre Eusébio Dias Lassos, e que não duvidou de sua originalidade, pois vinha de um clérigo, parente seu. Em correspondência de 14 de janeiro do ano seguinte, o Vice-rei informava ao rei:

> E então se poderá ver a falsidade da dita patente, suposto que este homem tenha a geral opinião de bem procedido, não deixei de reparar na sua defesa, porque se encaminha unicamente em culpar um terceiro mal famigerado, ausente, autor da história dos Orizes[7].

Nota-se que por essa época ainda ressoava na acusação a narrativa da catequese realizada pelo padre. Em julho de 1726, padre Eusébio ainda era procurado para esclarecer a patente falsa[8]. É muito difícil afirmar se Manuel Curvelo sabia de fato do embuste de sua posição como coronel, entretanto pode-se notar como o padre Eusébio era considerado pelas autoridades responsáveis por averiguações na colônia.

---

[5] AHU-CU-BA, caixa. 47, doc. 73. 12 de junho de 1734. Lisboa. Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V, sobre as cartas do Vice-Rei do Brasil, conde de Sabugosa, [Vasco Fernandes de Menezes], acerca de um homem que se intitulava príncipe do Brasil em alagoas.

[6] Baía. 18 de novembro de 1724. AHU_ACL_CU_005, cx20, D.1794.

[7] Baía. 4 de junho de 1725. AHU_ACL_CU_005, cx. 22. D. 1956.

[8] Baía. 9 de junho de 1726. AHU_ACL_CU_005, cx.26, D.2410. f.7.

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo há o vestígio mais detalhado que encontramos sobre a vida do padre Eusébio Dias, graças a um pedido que ele fez para ocupar o ofício de notário. A documentação, de 22 de maio de 1724, é uma diligência da habilitação feita pelo Tribunal do Santo Ofício[9]. Para o Brigadeiro da freguesia de Nossa Senhora de Nazareth, na Bahia, foram pedidas informações sobre a ascendência familiar do padre, e sobre a sua reputação na região de Itapicuru de Cima, considerada sertão. Na ocasião, foram consultados oito homens "brancos cristãos velhos dignos de crédito e estimação" pelo tempo em que viviam na região (uma média de trinta anos). Disseram eles, que padre Eusébio, natural daquela freguesia, era filho legítimo do Capitão Antônio Dias Lassos e de Inez de Oliveira. Seu pai fora vaqueiro de gados e rebanhos, e tivera o posto de Capitão de Ordenança de uma companhia daqueles sertões. Por parte materna, seu avô era Simeão Correa de Lima casado com Maria de Oliveira de Lima. As testemunhas não conheciam os avós paternos, chamados André Dias Lassos e Izabel de Almeida. Garantiam a "limpeza de sangue" por via materna do dito padre, entretanto, do pai "sempre ouviram dizer" que era de Maragogipe, e que descendia da "raça de cristão novo".

Perguntados sobre a "vida e costumes" do dito padre, as testemunhas informaram que não fora casado, não tivera filho algum, e nem possuía bens temporais, era pobre. Entretanto, elas sabiam de algo do passado que manchava a sua reputação. Disseram que o padre Eusébio andou fugido da freguesia, embrenhado no sertão, pois era procurado pela justiça "por causa de mercês que pediu a sua Majestade por uns serviços que se apresentou com documentos menos verdadeiros fabricados por ele mesmo". E o que mais sabiam "estas antigas pessoas das mais autorizadas" daquela freguesia? Sabiam que o padre Eusébio "fora o dizer que conquistara exclusiva a Santa Fé Católica uma imensidade de gentio bravo a sua custa, sendo tudo ou quase tudo fábula".

Como se vê, em uma sociedade colonial que controlava seus "regimes de verdade" por meio da prática da "murmuração", em outras palavras, do "ouvir dizer", a reputação do padre não era nada boa. As testemunhas ainda disseram que ele jamais poderia ocupar o ofício de notário porque ludibriara os padres Francisco Esteves Valadares e Manuel de Brito, ambos vindos de Portugal. Padre Eusébio fora testamenteiro dos dois padres e, com a ajuda de seu tio, o Vigário Geraldo Correia de Lima, teria ficado com a herança deles,

[9] Arquivo Nacional Torre do Tombo. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, doc. 1493. Diligência de Habilitação de Eusebio Dias Laços de Lima (Padre). 1723–1724.

constituída de escravos e de gado. Segundo as fontes, os legatários legítimos não teriam encontrado mais nada do que fora deixado de herança.

Mesmo tendo os avós maternos assegurados como cristãos velhos, padre Eusébio não conseguiu, por conta de sua má reputação, o cargo que almejou. Já em 1716, mesmo ano da publicação da "Conversão dos Orizes", o Conselho Ultramarino estava a par de suas estratégias pouco usuais, pois o padre havia solicitado mercês para ele e para o seu irmão, por conta de "serviços prestados junto aos índios bravios"[10]. O padre pedia o controle sobre a nação que pacificou, e das demais do sertão, pedia para que seu irmão recebesse à mercê de maior prestígio no Império português, a do Hábito de Cristo, com cinquenta mil réis de tença efetivos. De acordo com o documento, Eusébio apresentou uma relação de seus feitos, provavelmente cópia do manuscrito que serviu de base para o opúsculo de Monterroio. Interessante notar que o documento enviado pelo padre possuía uma justificativa reconhecida pelo Ouvidor Geral do Cível da Bahia. Entretanto, o conselho duvidou do que foi relatado, e solicitou ao Marques de Angeja em carta de 31 de março de 1716 que confirmasse como "domesticaram e converteram e aldearam estes índios e o número deles". A resposta do Vice-Rei foi baseada na consulta que fez entre as pessoas mais antigas naqueles sertões, incluindo um homem de grande prestígio em Salvador, capitão Pedro Barbosa Leal. Foi dito por unanimidade que o padre Eusébio estava mentindo, e que forjou as testemunhas de seu feito. O Conselho sugeriu que o padre fosse punido para que servisse de exemplo para qualquer um que tentasse enganá-los novamente com "quimera falsidade". Nota-se uma das formas em que era realizado o controle do "regime de verdade" no que dizia respeito aos vassalos distantes do centro do poder político.

O parecer vindo do Reino foi dado tarde demais no que diz respeito a circulação das notícias da "Conversão dos Orizes", pois as prensas já tinham trabalhado a favor do padre Eusébio Dias, coisa que o Conselho sabia muito bem, como se conclui nestes trechos do próprio documento citado: "se ficar evitando fazerem-se gazetas fabulosas como a que agora se imprimira em descrédito da nação"; em outro trecho: "enganara o povo imprimindo em gazetas os embustes e cometera crime de falsidade".

[10] O parecer do Conselho Ultramarino (AHU_ACL_005, cx 11, D.921) foi transcrito em: *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Provedoria da Fazenda Real de Santos, 1952. Vol. 96. p. 269-272.

## O "homem das gazetas"

Consideramos o opúsculo de 1716 como uma criação conjunta do padre Eusébio Dias e de José Freire Monterroio Mascarenhas, porque sem consultar o manuscrito, provavelmente enviado para Portugal pelo próprio padre Eusébio, é impossível discernir o que de fato foi inserido por Monterroio no relato, para além, é claro, de sua dedicatória. Além disso, sabemos que no período em questão a noção de "autor" não era geralmente usada para designar a identidade daquele que realizou uma obra, como declarou o dicionarista francês Raphael Bluteau (1712, p. 684), no verbete em questão: "obras de engenho juntamente"; "autor de uma nova. Corre essa nova e não se sabe o autor dela". Como bem mostrou João Adolfo Hansen (2019, p. 233), nas práticas letradas do período, a operação de "emulação" era percebida como uma "imitação louvável", daí decorre que falar de "autoria" como sendo um *locus* de autenticidade e de identificação pessoal não faz o menor sentido para se referir ao que faziam os escritores.

Quais eram as condições de produção do opúsculo sobre os Orizes? Em Portugal, no século XVIII, já era bem comum à circulação de gazetas noticiosas. Por meio delas, os sujeitos letrados ficavam a par do que ocorria em todo o mundo (lembrando que os que não sabiam ler, muitas vezes ouviam o que era lido para eles). Geralmente, eram notícias sobre questões políticas entremeadas por notícias de desastres naturais ou de fastos curiosos, como o aparecimento de um monstro em alguma paragem distante. Monterroio Mascarenhas foi redator de uma das mais importantes gazetas, a "Gazeta de Lisboa", inaugurada em 10 de agosto de 1715, a qual publicou até 1760. Ao estudar a "Gazeta de Lisboa", o historiador André Belo (2001, p. 111) destacou que Monterroio aliava a notícia com uma tentativa de preservação da memória, agindo de forma criteriosa na seleção do que deveria ser lembrado. Outrossim, o redator da Gazeta "era historiador especializado em investigação em genealogia e em heráldica. O seu método de produzir informação era devedor do método histórico". Entretanto, não podemos considerar que apenas um método histórico era usual nas letras luso-americanas do período, pois, como mostrou a historiadora Iris Kantor, houve debate no Reino entre os letrados para a escolha da melhor forma de se escrever a história. O impasse se deu entre a necessidade de incorporação de métodos mais refinados de crítica documental e as exigências católicas de que isto não fosse motivo para gerar dúvidas sobre toda a historiografia católica, incluindo as hagiografias, e as narrativas sobre fundações de casas religiosas. Ainda segundo Kantor (2004, p. 87), o imbróglio foi resolvido da seguinte forma: "a

posição geopolítica de Portugal em relação aos seus domínios ultramarinos reforçava a opção pela *aufklärung* católica, ou seja, modernização sem romper com a matriz teológico-política e interpretação da História". Na prática, isto significou o surgimento, em Portugal, de academias para práticas letradas no começo do século XVIII, ainda que comprometidas com o ideário teológico-político do período. O que aqui importa ressaltar é a existência de um ambiente letrado cada vez mais receptivo à crítica documental, onde a invenção de Eusébio-Monterroio despertou desconfianças por parte de certas autoridades reinóis, chegando mesmo a figurar como fantasiosa até em um dicionário do período. O opúsculo publicado por Monterroio não se sustentou ao ser examinado por olhos treinados para verificar possíveis falsidades. No afã de publicar algo de noticioso, Monterroio renunciou ao método que utilizava para filtrar informações?

Segundo Diogo Barbosa Machado, o redator José Freire Monterroio Mascarenhas era filho de Manuel Alvares Mascarenhas e de D. Úrsula Maria de Monterroio, ambos considerados nobres. Em 1693, José Freire deixou Portugal e percorreu a Espanha, França, Países Baixos, Alemanha e Itália, adquirindo conhecimento de diversas línguas. Entre 1704 e 1710, ele atuou em diversas campanhas, chegando a obter patente de Capitão de Cavalos. Machado (1747, p. 853) destacou que Freire foi membro de muitas academias literárias. Eis, em breves linhas, a trajetória do homem que conseguiu um privilégio régio para a sua impressão noticiosa, o que fez dela uma das mais duradouras do século XVIII e, de acordo com André Belo, durante bom tempo a única que era autorizada pela Coroa.

No dia 29 de fevereiro de 1716, em um sábado, a Gazeta de Lisboa anunciava a venda do opúsculo com a narrativa de Eusébio-Monterroio desta maneira: "Da conversão dos Orizes povos do sertão do Brasil e novamente sujeitos à Coroa de Portugal, se imprimiu de huma Relação particular e se acham onde se vendem as gazetas"[11]. Chama a atenção à afirmação de que os Orizes eram "novamente sujeitos à Coroa", pois tal informação entra em contradição com a do interior do opúsculo, a de que esses índios nunca haviam sido antes domados. Também presente no anúncio a origem da narrativa é revelada, pelo menos em parte – "se imprimiu de huma Relação particular" – obviamente, trata-se da relação feita pelo padre Eusébio Dias Lassos. Graças a informação do local de vendas dele, sabemos que o opúsculo era

[11] *Gazeta de Lisboa*, Número 8, Sabbado, 22 de fevereiro de 1716. p.44.

direcionado para os mesmos leitores da Gazeta de Lisboa, ávidos por notícias recheadas de paisagens exóticas e seres selvagens.

Encontramos duas impressões dos "Orizes conquistados", ambas publicadas no mesmo ano de 1716. No entanto, em uma delas, há no título o termo "povos bárbaros", possui dedicatória com assinatura de Monterroio, e foi impressa por Antonio Pedroso Galram; enquanto a outra possui o termo "habitantes", não possui dedicatória, sendo esta impressa por Pascoal da Silva. Na edição que possui dedicatória, o oferecimento do opúsculo é feito ao "Príncipe do Brasil", que no período era D. José I, com então dois anos de idade. Monterroio começa seus elogios dizendo que em cerca de duzentos anos de presença portuguesa no Brasil, os Orizes compunham uma barreira intransponível para os interesses de territorialização da Coroa. Além disso, o autor salienta que os índios Orizes foram dominados no mesmo mês de nascimento de D. José, sendo isso um presságio para o bom governo do então príncipe. Ao final da dedicatória ele informa as vantagens da tal catequese dos "Orizes": "Se aumenta o principado com tantos mil vassallos"; "Se aumenta o domínio do Brasil com muitos centos de léguas que eles dominavam e nos impediam". No momento, só podemos conjecturar que esta edição com assinatura e dedicatória foi a anterior a chegada ao Reino das notícias a respeito da reputação do padre Eusébio Dias nos sertões da Bahia. Provavelmente, Monterroio não se arriscaria colocando seu nome em uma narrativa tão duvidosa. No entanto, se o opúsculo foi impresso duas vezes é porque teve boas vendas em sua primeira tiragem. Uma outra hipótese, que não podemos abandonar por completo: o padre pode ter pagado duas vezes pela publicação de sua narrativa, afinal, ela era uma propaganda de seus feitos.

## "Notícia da conversão dos indômitos Orizes procazes"

No início do século XVIII, a Bahia ainda mantinha uma posição de extrema importância no cenário da economia colonial. Era de lá que partiam algumas das mais importantes decisões políticas relativas ao Império português. Como bem mostrou Avanete Pereira Sousa, a Bahia contava com a montagem de um complexo sistema burocrático que normatizava a vida econômica da capitania, contando para isso com a perpetuação de poderes locais, malgrado os esforços da metrópole para controlar os laços de reciprocidade estabelecidos pelos ditos "homens bons" da região. A historiadora afirma que por conta desta configuração, a disputa por títulos, cargos e postos de prestígio era acirradíssima na Bahia (SOUSA, 2012, p. 96). Sujeitos que tinham historicamente vínculos com os primeiros conquistadores ligados a

uma aristocracia agrária percebiam o risco da perda de prestígio frente ao aumento de certo poder mercantil. Em sua região interiorizada, a capitania vivenciava o apressamento de índios com intuito de obtenção de mão de obra escrava e aumento de área pastoril. Sobre as tensas relações dos homens brancos com os nativos, na Bahia do século XVI ao XVIII, Maria Hilda Bagueiro Paraíso (1994, p. 181) afirma que:

> o índio podia ser visto como participante na construção da sociedade e do sistema produtivo nas áreas em que as relações de aliança predominavam; como trabalhador, nas regiões em que se processava a implantação de atividades produtivas voltadas para a exportação, o que pressupunha relações de dominação mais eficientes no tocante à exploração do trabalho indígena; como povoador nas áreas de fronteiras e expansão do domínio da Coroa; como ente selvagem nas zonas de conflito, e como pagão, elemento constitutivo da natureza, quando vistos pela ética do missionário.

De maneira mais específica ao que aqui nos interessa, tratando do século XVIII, a referida historiadora salienta que neste momento "as populações indígenas adotam um papel bem mais reativo à penetração e a escravização", nos sertões da Bahia, e em suas cercanias (idem, p. 204).

Foi nesta Bahia, que um padre, filho de um ex-vaqueiro detentor do posto de Capitão, elaborou sua estratégia de ascensão social. Padre Eusébio não lutou em nenhuma guerra significativa, tampouco missionou junto aos índios considerados bravios. No entanto, ele sabia que os sertões ainda eram importantes para o avanço do gado, e que para os criadores era preciso eliminar qualquer "empecilho" a este alargamento das fronteiras. Estava aí a oportunidade para o padre demonstrar à Coroa que poderia prestar serviços úteis, mesmo que estes não tivessem se realizado de fato. Nascido e formado em um ambiente em que muito se ouvia dizer sobre os feitos passados e das consequentes recompensas angariadas como prêmios, o padre Eusébio aparece na documentação consultada como um sujeito ávido em obter, a qualquer custo, distinções entre os seus. Ele inventou patentes, andou com um falso príncipe, ludibriou a herança de outros clérigos, e inventou uma conversão de três mil e setecentas almas. Vejamos mais de perto esta invenção narrativa que sempre foi lembrada pelos inquiridos acerca da reputação do clérigo.

O início do opúsculo apresenta a localização do Brasil no Orbe, e faz um elogio às descobertas empreendidas pelos portugueses, salientando que "a cada passo se encontram novidades que admirar". Habitando esse espaço, estavam os "primitivos habitantes", os Tapuias, que por sua vez travavam guerras com outros povos indígenas. No opúsculo, é explicado que esses "índios bravios" se refugiavam cada vez mais nos sertões fugindo dos con-

quistadores. No entanto, ainda de acordo com a narrativa, muitas nações se converteram aos ritos e aos costumes portugueses, graças às ações de padres missionários. Não era o caso dos "Orizes", que estavam entre os "mais ferozes e indômitos". No opúsculo estão relacionados diversos povos que haviam sido aldeados naqueles sertões, dentre eles os Cariri, os Monguru e os Caimbé. Em recente publicação, o historiador Evergton Sales Souza (2019) analisou de maneira primorosa a missionação da região de Itapicuru de Cima, a mesma área da suposta atuação do padre Eusébio. De forma muito precisa, Sales salientou o quanto foi árdua a conquista das terras desta região por parte dos missionários jesuítas, e informou que foi "a partir de 1650 que a colonização do nordeste da Bahia foi mais intensa". O historiador não menciona em seu artigo a presença dos Orizes, e como Salles fez intensa busca documental, podemos inferir por essa ausência, que de fato a conversão destes índios não ocorreu para além da invenção de "Eusébio–Monterroio".

Ainda que tenha citado algumas investidas dos conquistadores, inclusive a de um sujeito com o mesmo sobrenome do padre Eusébio, os Orizes também não são mencionados no estudo realizado por Erivaldo Fagundes Neves (2003, p. 152) sobre a estrutura fundiária e os agentes sociais envolvidos no processo agromercantil no sertão baiano,

> Na segunda metade do século XVII, os conquistadores moveram guerra contra os tapuias do sertão da Bahia, que resistiam ao seu avanço no Recôncavo, com as expedições de Diogo de Oliveira Serpa (1651), Gaspar Rodrigues Adorno (1651–1654) e Tomé Dias Lassos (1656). Massacrados em combates desiguais, os tapuias continuaram na ofensiva.

De forma resumida, vamos à desventura do padre Eusébio, conforme narrada no opúsculo. Ela ocorreu a cento e oitenta léguas de Salvador, nas montanhas de Nhumará e Cassucá, que possuíam "eterna neve em seus cones". Os Orizes Procazes (lembremos que procaz é sinônimo de indômito) eram idólatras, bárbaros nos costumes e habilidosos no uso do arco e flecha. Estes índios tinham estatura agigantada, cor vermelha, caras horríveis e cabelos negros. Andavam nus. Tinham uma dieta de carne humana. Viviam com ódio de tudo e de todos. Adoravam a coruja como uma entidade sobrenatural. Prostituíam suas filhas em verdadeiras festas de bacanais. Em suas andanças, os guerreiros indígenas chegavam às Minas Gerais, deixando pelo caminho um rastro de destruição e desespero. O Governador Dom Rodrigo da Costa já havia tentado extingui–los com o auxílio de uma liderança da nação Mataroa, missão na qual falhou miseravelmente. Após esse ponto da narrativa, somos apresentados a Urith Bromaa (atentemos para o detalhe de que "broma" nesse período era um adjetivo que significava "grosseiro", "ig–

norante"), filho de Ureth Procaz, príncipe dos Orizes. Urith e mais dezoito de seus vassalos foram capturados pelos Caimbé, e presos para que engordassem antes de serem devorados. Neste momento, entra o "herói" da narrativa, padre Eusébio Dias Lassos de Lima, pároco da igreja de Itapicuru de Cima que fez vir à sua presença o capitão-mor dos Caimbé. O padre, então, fez uma prédica contra o ato de se devorar os inimigos, e negociou a libertação dos Orizes, chegando para isso a desembolsar duzentos réis de sua própria algibeira. E foi o próprio padre quem cortou as cordas dos prisioneiros e abraçou a liderança dos Orizes, levando-os em seguida para Itapicuru, onde os ensinou a língua portuguesa e os batizou. Urith passou a se chamar Miguel. Agora, o padre estava convencido de que poderia converter todos os Orizes, e para isso, à sua custa, reuniu cinquenta homens (nenhum deles tem o nome citado na narrativa). O grupo fez então uma jornada de quarenta dias até se depararem com todos os Orizes, e foi nesse momento que Miguel (Urith) ajudou o padre a convencer seu pai a se converter ao catolicismo. Após aceitar a conversão, os Orizes assistiram a uma missa em que o próprio Miguel serviu como ajudante. O padre fez com que todos os indígenas prestassem lealdade ao rei de Portugal, e passou cinco meses instruindo-os na Fé antes de batizá-los. Padre Eusébio juntou todos os índios no dia de Santo Antônio, e fez o batismo na presença do capitão-mor daquela freguesia, Simeão Correa dos Reys. Ao todo foram convertidos mil e oitocentos homens de armas e outros mil e novecentos indígenas entre mulheres, velhos e crianças. *Finis*.

A narrativa é repleta de lugares-comuns a respeito dos indígenas. Aqui tratamos "lugar-comum" não como simples "clichê", mas como uma noção retórica, uma operação de "invenção" conforme a define João Adolfo Hansen. Nesse sentido, "lugar-comum" é "sede de argumento" que cria determinada imagem para convencimento de um público: "Retoricamente, a invenção corresponde ao ato em que se acham coisas verdadeiras ou semelhantes ao verdadeiro que tornam provável a causa que é tratada no discurso" (HANSEN, 2019, p. 175). Não se pode confundir tal operação, comum na cultura letrada dos séculos XVI ao XVIII, como uma simples fórmula para "melhor mentir". Não se trata disto de maneira alguma, mas sim de uma estratégia discursiva partilhada pelas práticas letradas do que romanticamente foi definido como "barroco", e que tinha por objetivo gerar um sentido de verdade "colocando as coisas diante dos olhos do leitor". Convencia-se o leitor a partir do que pressupostamente ele já conhecia e, mais ainda, formulando imagens verossímeis.

Um lugar-comum nas crônicas seiscentistas e setecentistas é o das "novidades no Brasil ainda por se descobrir", e que no opúsculo é bem expresso na frase "a cada passo se encontram novidades que admirar". Podemos men-

cionar, por exemplo, o "Diálogos das Grandezas do Brasil", obra de Ambrósio Fernandes Brandão (2010, p. 48–49), em que pese circular em publicação apenas a partir do século XIX, ela exibe esse lugar–comum no diálogo entre dois personagens no século XVII:

> Alviano: – porque o mundo é tão velho e os homens tão desejosos de novidades que não há nele coisa por descobrir, nem experiência que se haja de fazer de novo que já não fosse feita.
> Brandônio: – Enganai–vos nisso sumamente, Sr.Alviano, porque ainda há muitas cousas por descobrir e segredos não achados que para o diante se hão de manifestar.

As expectativas que envolviam a descoberta de novidades estavam relacionadas à esperança da descoberta de minas de metais preciosos, como se lê, por exemplo, na História do Brasil de Frei Vicente do Salvador (1965, p. 65–66). E, para chamar a atenção de que se não descobriu mais foi porque os interesses dos portugueses ficaram limitados aos materiais de subsistência e ao apressamento de indígenas. Já no opúsculo, a menção às "novidades" possui uma intenção diferente. Ela é preparação para a leitura a respeito de um grupo indígena que não consta em outros relatos. Podemos dizer que é uma operação que de antemão atenua o estranhamento do leitor perante o desconhecido. Em sua leitura não se colocaria em dúvida a possibilidade de existência de tais índios, afinal muito ainda havia por se descobrir em terras tão vastas. Pelo jeito, tal estratégia funcionou, pois não há uma linha sequer, na documentação por nós consultada, que coloque em xeque a existência dos Orizes. A fonte de dúvida e descrença das autoridades reinóis e das testemunhas coloniais se resumiu somente a ação de conversão deles.

Outro lugar–comum que domina a narrativa do opúsculo é o do índio designado como o "bárbaro" que precisava ser domado para assim liberar o caminho para a expansão portuguesa. Sobre a imagem do índio como bárbaro há imensa bibliografia que a acompanha desde os primórdios da colonização[12]. Para o nosso interesse específico, basta que nos detenhamos na área circunscrita de atuação do padre Eusébio Dias Lassos, precisamente no que se denomina "Jornadas do sertão", ou seja, ações governamentais que tentaram pacificar os índios considerados bravios nos sertões da Bahia entre os anos de 1651 e 1656. Em seu estudo sobre as tais "Jornadas", o his–

[12] Algumas obras importantes sobre o assunto do índio retratado como "selvagem" ou "bárbaro", são: (PAGDEN, 1982); (RAMINELLI, 1996); (LESTRIGANT, 2009); (KIENING, 2014); (CHICANGANA–BAYONA, 2017).

toriador Pedro Puntoni informa que, na segunda metade do século XVII, os capitães sempre localizaram os "bárbaros" como habitantes de zonas cada vez mais adentradas no sertão. O que chama nossa atenção é o nome de um dos capitães participantes destas três ações que foram todas fracassadas, o Capitão-mor Thomé Dias Lassos. Embora, até o momento, não possamos associá-lo de forma irrefutável ao círculo familiar do padre Eusébio Dias Lassos, também não podemos descartar a possibilidade de parentesco destes dois sujeitos com o mesmo sobrenome na mesma região. O que importa ao final é o fato de que padre Eusébio viveu em uma região em que as histórias sobre as jornadas deveriam circular oralmente. A jornada comandada por Thomé Dias Lassos, em 1656, foi lembrada em documento de 1669 que destacou roubos, assassinatos e desolação empreendidos pelas ditas "nações bárbaras" que habitavam as serras de Itapororocas e outras serras da região. Na ocasião, o Capitão-mor da entrada aos Payayazes "trouxe consigo uma rapariga, que lhe deram por filha de um principal, em refém das ditas pazes, e segurança da promessa que lhe fizeram de que brevemente desceriam com suas aldeias a viver junto a nós". A promessa, de acordo com o documento, não foi cumprida porque os índios – outro lugar-comum – eram muito inconstantes. O barbarismo dos Orizes é sintetizado na seguinte frase do opúsculo, frase esta que está em consonância com diversas tópicas nas notícias das jornadas do século XVII, como a localização nos recônditos e áreas fronteiriças, a selvageria no trato e o impedimento da expansão:

> Entre todos mais ferozes, e mais indômitos persistiu há dois séculos no ódio do nosso trato, e obstinação da sua inimizade a Nação dos Orizes Procazes, que fugindo ao nosso comércio no recôndito das montanhas, no intricado das brenhas, não só souberam conservar-se independentes de nossas leis, mas fizeram parar com seu terror nossos descobrimentos. (MASCARENHAS, 1716).

Além disto, os Orizes tinham uma religião em que adoravam uma coruja, sacrificavam porcos e faziam sexo em um verdadeiro "bacanal". Tal ritual dos índios é interpretado como uma ação demoníaca que subverteu a forma como a coruja era considerada pelos atenienses na antiguidade, "o mais sábio povo da Grécia". No entanto, tal escândalo teria tido o seu fim:

> Na aspereza destas serranias com esta forma de religião, com este gênero de vida continuaram estes povos na sua ferocidade até o ano de 1713 não só negando ao Cetro Português, de que em todas as outras Nações daquele dilatado país reconhecessem o império, mas descendo todos os anos da iminência daquelas montanhas, caiam repentinamente sobre as aldeias, e povoações dos Portugueses, e Indios Vassalos de Portugal, matando e devorando os que achavam desapercebidos pelos campos, e queimando

> dentro das próprias casas, os que nelas procuravam salvar as vidas: impedindo-nos por este modo a exploração daqueles sertões, e a fundação de outras colônias (MASCARENHAS, 1716)[13].

Percebe-se certa insistência em relacionar a conversão feita pelo padre Eusébio com a desobstrução dos sertões para uma melhor expansão da empresa colonizadora. Tal persistência não se dá ao acaso, pois de acordo com Puntoni (2002, p. 283), nos anos "de 1712-1713 não eclodiria nenhum outro grande combate em escala nos sertões do norte do Estado do Brasil", embora diversas queixas de maus tratos aos índios tenham sido feitas por autoridades clericais. Pelas autoridades governativas, foi dada por encerrada uma era de entradas contra os indígenas considerados bárbaros, no entanto ainda havia muito território na mira das expectativas coloniais. Ao pesquisar a situação da missionação e conversão no Brasil colonial, Cristina Pompa (2003, p. 201) afirma:

> A expansão da economia do gado no norte da Colônia articulou-se em duas correntes principais, que foram também as correntes de povoamento; a primeira que da Bahia seguiu o curso do São Francisco e do Itapicuru, ocupando o sertão de dentro, segundo a expressão de Capistrano de Abreu, e a que ocupou os "sertões de fora", nas regiões mais litorâneas, de Pernambuco até o Ceará, onde confluíam as duas correntes.

A invenção Eusébio-Monterroio se insere justamente neste contexto de serviço prestado a Coroa portuguesa.

Como mostram as pesquisas de John Monteiro (2004), Ronaldo Vainfas (1995), Ângela Domingues (2000), Cristina Pompa (2003), Maria Regina Celestino (2013), Elisa Garcia (2009), dentre outras, a conversão católica dos indígenas era o principal instrumento de remodelação cultural e, por conseguinte, de inserção de vassalos junto à Monarquia portuguesa. Em Eusébio-Monterroio, desde a dedicatória há uma clara argumentação de que a conversão dos Orizes era um grande serviço prestado à Coroa lusitana. E mais ainda, na narrativa o padre atua reforçando a existência de distintas conversões realizadas por outros clérigos, essas sim bem documentadas.

Segundo a narrativa, corria o mês de junho de 1713, quando o padre Eusébio fazia visitação de sua freguesia de Nossa Senhora de Nazareth de Itapocoru de Cima, "que distava 130 léguas do centro dos sertões, administrando o pasto espiritual às poucas e espalhadas ovelhas do seu rebanho".

[13] MASCARENHAS, José Freire de Monterroio. *Op.cit.* p.4

Foi nesse momento que Padre Eusébio se viu diante do "Capitão-mor dos Caiambés" que queria devorar seus prisioneiros Orizes. Padre Eusébio admoestou-o, pois o mesmo índio admitiu que seus comandados andassem por comer carne humana. Na argumentação, o padre disse já era valoroso para um guerreiro fazer cativos, mas que para ter de fato virtude era melhor perdoar os inimigos. Segundo o relato, a liderança Caiambé temeu pela sua alma e pelas de seus irmãos, mas impôs uma condição para liberar os prisioneiros. Padre Eusébio pagou prontamente os duzentos réis exigidos para o resgate dos Orizes. Eis mais um lugar-comum na sociedade colonial, a de que "por meio de suas fazendas e cabedais" um vassalo prestava serviço a distante Coroa. O mesmo lugar-comum aparece quando o relato diz que "muito dificultoso foi ao padre formar a sua custa uma esquadra de 50 homens" para se embrenhar no sertão atrás dos Orizes. Tais esforços por parte de vassalos distantes valorizavam os serviços prestados e estavam sempre presentes nas comunicações que buscavam angariar mercês da Coroa portuguesa.

O passo seguinte do clérigo foi ensinar a língua portuguesa aos Orizes, seguido do batismo, sacramento que os próprios índios se mostraram desejosos de obter. Em que pese a presença de cinquenta homens armados na "missão", nota-se que aqui a estratégia de conversão é operada pela "via amorosa", – estratégia de catequese assim chamada por religiosos desde o século XVI –, sobretudo, no que diz respeito ao voluntarismo dos índios de ficarem sob domínio de um único príncipe cristão e de formar "aliança e amizade" com os catequizadores[14]. Deste modo, o padre se apresenta como um mediador de conflitos e pacificador de povos. Aliás, ao denominar a liderança dos Orizes de "príncipe", os autores da narrativa inserem a "conversão" em uma lógica que destaca a conquista de um "novo soberano" para o Império português.

## Considerações finais

Infelizmente, desconhecemos o destino do padre Eusébio, mas podemos resumir suas contínuas ações como atos típicos de um inconformado. Ele atuou em uma sociedade que possuía alguma possibilidade de mobilidade social, mas que era regida por lógicas de mercês. Outrossim, as oportunidades de ascensão dependiam da situação dos sujeitos em determinadas redes

[14] Sobre a conversão pela via amorosa, ver: (PÉCORA, 2001. p. 47-52).

de sociabilidade. O padre forjou títulos para seus parentes e, numa negação constante de seu *status* social, inventou as oportunidades que considerou as mais capazes de convencimento para poder obter mercês da Coroa portuguesa, em um período em que não havia muitas escolhas para uma ascensão.

Interessa notar que, embora seu conteúdo não tenha convencido, no que diz respeito a sua forma, a narrativa obedece a certos preceitos retóricos do período. A invenção Eusébio–Monterroio, além do serviço prestado à Coroa portuguesa com a inclusão de novos súditos indígenas, empregava também um regime de escrita que colaborava com o inventário das conquistas e colônias, pois descrevia os costumes de um povo, até então, quase isolado em zonas inóspitas – inventava, pois, mais uma paisagem colonial. Apesar do esforço em tornar alguns pontos "semelhantes ao verdadeiro", para isso fazendo uso de lugares–comuns, outros pontos da narrativa, como a existência de neve nos montes da Bahia, o número de índios convertidos em tão pouco tempo, e os estranhos nomes dos líderes indígenas não passaram despercebidos por quem controlava os "regimes de verdade", os conselheiros reinóis.

Em se tratando de documentos publicados, sempre que possível, é preciso nos cercar de documentos manuscritos e de outros tipos, pois, no ofício da História, o máximo cruzamento de fontes ainda é a "pedra de toque" para melhor se discernir os graus de verossimilhança em determinada narrativa. Do emaranhado formado pelo *corpus* documental por nós pesquisado, ao fim e ao cabo, mostramos que para se tentar certa ascensão social em colônias era até mesmo "inventado" um grupo indígena catequizado. O fracasso do padre em obter o desejado expõe as diversas formas de controle da recepção sobre o discurso dos vassalos, indo de uma dúvida inicial até ao rechaçamento total da história contada no opúsculo.

Mas e os Orizes? Existiram de fato? Um documento do *Archivo Romano Societas de Jesus* (Roma), apontado por Serafim Leite, indica que sim, e que ao final do século XVI os padres jesuítas Manoel Ribeiro e João Guncel fizeram o descimento, mas que estes índios não aceitaram aldeamento. Isto explica o termo "novamente reduzidos á Santa Fé Catholica e obediência da Coroa Portuguesa"atribuído aos Orizes no título dado por Monterroio[15].

[15] Agradeço a Marcia Amantino por me chamar a atenção para este dado importante, e me enviar cópia do documento do ARSI (Bras, 435), citado em: (LEITE, 2004, Tomo V, p. 292).

## Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino_ACL_005, cx. 11, D.921.

Arquivo Histórico Ultramarino _CU_BA, caixa. 47, doc. 73. 12 de junho de 1734. Lisboa. Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V, sobre as cartas do Vice–Rei do Brasil, conde de Sabugosa, [Vasco Fernandes de Menezes], acerca de um homem que se intitulava príncipe do Brasil em alagoas.

Arquivo Nacional Torre do Tombo. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, doc. 1493. Diligência de Habilitação de Eusebio Dias Laços de Lima (Padre). 1723–1724.

Baía. 18 de novembro de 1724. Arquivo Histórico Ultramarino_ACL_CU_005, cx. 20, D. 1794.

Baía. 4 de junho de 1725. Arquivo Histórico Ultramarino_ACL_CU_005, cx. 22, D. 1956.

Baía. 9 de junho de 1726. Arquivo Histórico Ultramarino_ACL_CU_005, cx.26, D.2410.

## Fontes publicadas

ASSIS, Machado de. *Americanas*. B. L. Garnier, 1875.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712. (Vol. 1).

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1720 (Vol. 6).

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Centro Eldenstein de Pesquisas Sociais, 2010.

*Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Provedoria da Fazenda Real de Santos, 1952. Vol. 96.

*Gazeta de Lisboa*, Número 8, 22 de fevereiro de 1716.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana. Historica, Critica, e Cronologica; Na qual se comprehnde a noticia dos autores portuguezes, e das Obras, que compuzeram desde o tempo da promulgação da ley da Graça até o tempo prezente*. Lisboa: Oficina de Ignacio Rodrigues, 1747.

MASCARENHAS, José Freire de Monterroio. Os Orizes conquistados, ou noticia da conversam dos indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certaõ do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica, & á obediencia da Coroa Portugueza: com a qual se descreve tambem a aspereza do sitio da sua habitaçaõ, a cegueyra da sua idolatria, & barbaridade dos seus ritos. Lisboa: Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1716.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

## Estudos e teses

ALMEIDA. Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas. Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

BELO, André. *As gazetas e os livros. A Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760).* Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

CHICANGANA–BAYONA, Yobenj Aucardo. *Imagens de canibais e selvagens no Novo Mundo. Do maravilhoso medieval ao exótico colonial (séculos XV-XVII).* Campinas: Editora UNICAMP, 2017.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII.* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyla, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GARCIA, Elisa Frühaulf. *As diversas formas de ser índio. Políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

HANSEN, João Adolfo. *Agudezas seiscentistas e outros ensaios.* São Paulo: EDUSP, 2019.

KANTOR, Iris. *Esquecidos e renascidos. Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759).* São Paulo/Salvador: Editora Hucitec, Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

KIENING, Christian. *O sujeito selvagem. Pequena poética do Novo Mundo.* São Paulo: EDUSP, 2014.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2004.

LESTRIGANT, Frank. *A oficina do cosmógrafo ou A imagem do mundo no Renascimento*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2009.

MONTEIRO, John. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Posseiros, rendeiros e proprietários: Estrutura fundiária e dinâmica agromercantil no Alto-sertão da Bahia (1750-1850)*. Tese, História do Brasil, Programa de Pós–graduação em História UFPE, Recife, 2003, p. 152.

PAGDEN, Anthony. *The fall of natural man. The American Indian and the origins of comparative ethnology.* University of Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

PARAÍSO, Maria Hilda Bagueiro. De como se obter mão de obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. *Revista de História*, São Paulo: n°129–131. Ago–dez, 1993/Ago–dez. 1994. doi: https://doi.org/10.11606/issn.2316–9141.v0i129–131p179–208

PÉCORA, Alcir. *Máquina de Gêneros.* São Paulo: EDUSP, 2001.

POMPA, Cristina. *Religião como tradução. Missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial.* Bauru, SP: EDUSC, ANPOCS, 2003.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720.* São Paulo: Hucitec/EDUSP/FAPESP, 2002.

RAMINELLI, Ronald. I*magens da colonização*. *A representação do índio de Caminha a Vieira.* Rio de janeiro: Jorge Zahar, 1996.

RAMINELLI, Ronald. Serviços e mercês de vassalos na América portuguesa. *Revista Historia y Sociedad,* Medellín: N° 12, Noviembre, 2006.

Recuperado a partir de https://revistas.unal.edu.co/index.php/hisysoc/article/view/20431.

RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil. 1° parte. Historiografia Colonial.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

SOUSA, Avanete Pereira. *A Bahia no século XVIII. Poder político e atividades econômicas*. São Paulo: Alameda, 2012.

SOUZA, Evergton Sales. Missionários, índios e sociedade colonial no nordeste da Bahia: Natuba, séculos XVII e XVIII. *Revista de Indias*, 2019, vol. LXXIX, n. 276, p. 339–367. doi: https://doi.org/10.3989/revindias.2019.010

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Recebido: 17/02/2020 – Aprovado: 08/12/2020
**Editores Responsáveis**
Júlio Pimentel Pinto e Flavio de Campos